



REALIZAÇÃO:



# REFORMA TRIBUTÁRIA

Impactos da Reforma Tributária  
nas Faturas dos serviços públicos  
de saneamento básico





**REALIZAÇÃO:**



## Linha do Tempo da Reforma Tributária

**Emenda Constitucional  
132/2023**

**Altera o Sistema  
Tributário Nacional**



**Projeto Lei Complementar nº  
68/2024**

**Institui o Imposto sobre Bens e  
Serviços (IBS), a Contribuição  
Social sobre Bens e Serviços  
(CBS) e o Imposto Seletivo (IS)**



**Lei Complementar 214/2025**



REALIZAÇÃO:



## Cronograma de Transição da Reforma Tributária de 2026 a 2032

	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033
PIS	Sem alteração	Extinção						
COFINS	Sem alteração	Extinção						
CBS	0,90%	8,70%	8,70%	Alíquotas serão definidas por resolução do Senado, seguindo os limites da Lei Complementar.				
ICMS	Sem alteração	Sem alteração	Sem alteração	90%	80%	70%	60%	extinção
ISS	Sem alteração	Sem alteração	Sem alteração	90%	80%	70%	60%	extinção
IBS	0,1% estadual	0,05% estadual + 0,05% municipal	0,05% estadual + 0,05% municipal	10%	20%	30%	40%	100%
				Alíquotas serão definidas por resolução do Senado, seguindo os limites da Lei Complementar.				
IPI	Sem alteração	Alíquota reduzida a 0% e mantida para produtos que possuem incentivos na Zona Franca.						
IS		Alíquota e bases de cálculo serão definidas por meio de Lei Ordinária.						

Fonte: Emenda Constitucional nº 132 – Portal da Reforma Tributária



REALIZAÇÃO:



## Incidência da CBS e IBS sobre Água e Saneamento Básico

Conforme § 3º do Art. 10, da Lei Complementar 214/2025, fica evidenciado a incidência dos tributos sobre o consumo (CBS e IBS) sobre às atividades de abastecimento de água e saneamento básico.

Art. 10. Considera-se ocorrido o fato gerador do IBS e da CBS no momento do fornecimento nas operações com bens ou com serviços, ainda que de execução continuada ou fracionada.

§ 3º Nas operações de execução continuada ou fracionada em que não seja possível identificar o momento de entrega ou disponibilização do bem ou do término do fornecimento do serviço, como as relativas a abastecimento de água, saneamento básico, gás canalizado, serviços de telecomunicação, serviços de internet e energia elétrica, considera-se ocorrido o fato gerador no momento em que se torna devido o pagamento. (grifos nossos)



REALIZAÇÃO:



## Documento Fiscal Eletrônico

Com a incidência da CBS e do IBS, a atual fatura emitida pelas empresas de Saneamento será substituída por um documento fiscal.

Art. 60. O sujeito passivo do IBS e da CBS, ao realizar operações com bens ou com serviços, inclusive exportações, e importações, **deverá emitir documento fiscal eletrônico.** *(grifos nossos)*

§ 1º As informações prestadas pelo sujeito passivo nos termos deste artigo possuem caráter declaratório e constituem confissão do valor devido de IBS e de CBS consignados no documento fiscal.





REALIZAÇÃO:



## Documento Fiscal

### Nota Fiscal de Água (NFAg)

- Em desenvolvimento pelo ENCAT (Encontro Nacional de Coordenadores e Administradores Tributários Estaduais) com a cooperação das Associações, Agências Reguladoras e empresas de Saneamento, na qual a SANASA tem participado;
- Previsão de conclusão dos trabalhos: junho de 2025;
- Previsão de liberação da Nota Técnica e adaptação do ambiente das empresas para geração do xml: de julho a outubro de 2025;
- Previsão da liberação do ambiente de homologação para as empresas efetuarem testes: novembro e dezembro de 2025;
- Entrada em produção: 01/01/2026.



## Outros Impactos a Serem Considerados

- Impacto direto na tarifa para o consumidor final, com a incidência de IBS e CBS;
- Impacto indireto na tarifa para o consumidor final, decorrente do realinhamento financeiro dos contratos de fornecimento de materiais e serviços, previsto na Lei Complementar 214/2025;
- Readequação dos sistemas de faturamento às regras específicas de incidência de IBS e CBS em compras realizadas pela administração pública direta, por autarquias e fundações públicas;
- Adaptação dos sistemas de faturamento para viabilizar a devolução personalizada do IBS e CBS (**Cashback**) aos consumidores inscritos no CadÚnico e com renda familiar mensal de até meio salário mínimo.



## Mensagem Final

As empresas de saneamento devem estar atentas às novas exigências trazidas pela Reforma Tributária, participando ativamente dos fóruns de discussão e investindo na capacitação de seus quadros técnicos, uma vez que as mudanças são significativas e os prazos para implementação, bastante curtos.